

Esta deliberação produz efeitos a 1 de Setembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

10 de Abril de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Marta Temido*.

Despacho n.º 9314/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no director do serviço de instalações e equipamentos.* — Nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 4.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, no uso da faculdade conferida pelo despacho n.º 16 789/2005 (2.ª série), de 15 de Julho, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 3 de Agosto de 2005, e ao abrigo da deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra tomada em reunião de 18 de Julho de 2005, a vogal executiva Dr.ª Marta Alexandra Fartura Braga Temido subdelega no director do serviço de instalações e equipamentos, engenheiro David São José Jorge, competências para a prática dos seguintes actos:

1 — Autorizar a aquisição de bens e serviços em situações de urgência imperiosa devidamente fundamentada, com o limite de € 5000.

2 — Autorizar a aquisição de bens e serviços por verbas de fundo de maneiço, nas circunstâncias referidas no número anterior, com o limite de € 500.

3 — A presente subdelegação produz efeitos a 15 de Julho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito destes poderes.

10 de Abril de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Marta Temido*.

Despacho n.º 9315/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no director dos Serviços Financeiros.* — Nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 4.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, no uso da faculdade conferida pelo despacho n.º 16 789/2005 (2.ª série), de 15 de Julho, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 3 de Agosto de 2005, e ao abrigo da deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra tomada em reunião de 18 de Julho de 2005, a vogal executiva Dr.ª Maria Paula Apolinário Ferreira de Sousa subdelega no director dos Serviços Financeiros, Dr. Nuno Miguel Domingues Duarte, competências para:

1 — Proceder à assinatura de documentos de autorização de pagamentos referentes a despesas com o respectivo processo ou procedimento previamente autorizado.

2 — Proceder aos pagamentos, por transferência bancária, dos documentos de despesa com processo de aquisição previamente autorizado.

3 — A presente subdelegação produz efeitos a 18 de Julho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

10 de Abril de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Marta Temido*.

Despacho n.º 9316/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, o director clínico do Centro Hospitalar de Coimbra delega nos directores clínicos-adjuntos para os hospitais integrados competência para:

- 1) Coordenar a elaboração dos planos de acção apresentados pelos vários serviços e departamentos de acção médica a integrar no plano global do hospital;
- 2) Assegurar uma integração adequada da actividade médica dos departamentos e serviços, designadamente através de uma utilização não compartimentada da capacidade instalada;
- 3) Propor medidas necessárias à melhoria das estruturas organizativas, funcionais e físicas dos serviços de acção médica, dentro de parâmetros de eficiência e eficácia reconhecidos, que produzam os melhores resultados face às tecnologias disponíveis;
- 4) Aprovar as orientações clínicas relativas à prescrição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como os protocolos clínicos adequados às patologias mais frequentes, respondendo perante o conselho de administração pela sua adequação em termos de qualidade e de custo-benefício;
- 5) Propor ao conselho de administração a realização, sempre que necessário, da avaliação externa do cumprimento das orientações clínicas e protocolos mencionados, em colaboração com a Ordem dos Médicos e instituições de ensino médico e sociedades científicas;
- 6) Desenvolver a implementação de instrumentos de garantia de qualidade técnica dos cuidados de saúde;

7) Decidir sobre conflitos de natureza técnica entre serviços de acção médica;

8) Decidir as dúvidas que lhe sejam presentes sobre deontologia médica, desde que não seja possível o recurso, em tempo útil, à comissão de ética;

9) Participar na gestão do pessoal médico, designadamente nos processos de admissão e mobilidade interna, ouvidos os respectivos directores de serviço;

10) Velar pela constante actualização do pessoal médico;

11) Acompanhar e avaliar sistematicamente outros aspectos relacionados com o exercício da medicina e com a formação dos médicos.

10 de Abril de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Marta Temido*.

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso n.º 5048/2006 (2.ª série). — Nos termos da alínea *b*) do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, torna-se público que a candidata Margarida Maria Lourenço Dias Nunes, classificada em 15.º lugar no concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de assistente de farmácia da carreira de técnico superior de saúde, aberto pelo aviso n.º 6897/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 2003, desistiu do lugar a que tinha direito, pelo que foi retirada da lista de classificação final.

6 de Abril de 2006. — O Vogal Executivo, *José António Ferrão*.

Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia

Deliberação n.º 521/2006. — Por deliberação do conselho de administração de 29 de Março de 2006:

Joana Margarida Paradela Matos, interna do internato complementar de psiquiatria da infância e da adolescência — autorizado com efeitos retroactivos o pedido de equiparação a bolseiro fora do País, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, no período de 4 de Abril a 30 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Abril de 2006. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Augusto Paul*.

Hospital de Júlio de Matos

Rectificação n.º 607/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 3603/2006 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 21 de Março de 2006, relativo à nova constituição do júri do concurso interno geral de acesso para provimento de quatro lugares de enfermeiro-chefe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 26 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê:

«Presidente — António Barata Martins, enfermeiro-supervisor da Sub-Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Vogais efectivos:

Laurinda de Jesus Afonso da Silva Guerreiro da Conceição, enfermeira-chefe do Hospital Miguel Bombarda, que substituirá o presidente na suas faltas e impedimentos.

Helena Cordeiro Relvão, enfermeira-supervisora da Sub-Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Vogais suplentes:

Luís Miguel Rocha Santos, enfermeiro-chefe do Hospital Miguel Bombarda.

Eduardo Jorge Delgado Catarino, enfermeiro-chefe do Hospital de Júlio de Matos.»

deve ler-se:

«Presidente — António Barata Martins, enfermeiro-supervisor da Sub-Região de Saúde de Lisboa.

Vogais efectivos:

Maria Helena Cordeiro Relvão, enfermeira-supervisora da Sub-Região de Saúde de Lisboa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Laurinda de Jesus Afonso da Silva Guerreiro da Conceição, enfermeira-chefe do Hospital de Miguel Bombarda.

Vogais suplentes:

Luís Miguel Rocha Santos, enfermeiro-chefe do Hospital de Miguel Bombarda.

Eduardo Jorge Delgado Catarino, enfermeiro-chefe do Hospital de Júlio de Matos.»

4 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Gamito*.

Hospital de São Marcos

Aviso n.º 5049/2006 (2.ª série). — Publica-se que, em virtude de Sandra Cristina Borges Alves Pereira Ferreira de Almeida não se encontrar vinculada à função pública, é retirada da lista de classificação final do concurso institucional interno geral para provimento na categoria de assistente de anestesiologia da carreira médica hospitalar, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 287, de 9 de Dezembro de 2004, no qual ficou classificada em 8.º lugar (lugares sem exigência particular técnico-profissional).

6 de Abril de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria Adelaide Pimenta Alves*.

Hospital de Sousa Martins

Aviso n.º 5050/2006 (2.ª série). — *Concurso n.º 5/2006 — concurso institucional e interno geral de provimento para assistente de patologia clínica.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração de 1 de Setembro de 2005, mediante parecer favorável do secretário-geral do Ministério da Saúde de 14 de Novembro de 2005, se encontra aberto concurso institucional e interno geral de provimento para preenchimento de um lugar de assistente de patologia clínica da carreira médica hospitalar, do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 413/98, de 17 de Julho.

2 — O concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga citada no n.º 1 deste aviso, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho — no Hospital de Sousa Martins ou noutras instituições com as quais este Hospital tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

4 — Regime de trabalho — o regime de trabalho será de tempo completo ou de dedicação exclusiva e poderá ser desenvolvido em horário desfasado, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, designadamente o despacho ministerial n.º 19/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 22 de Agosto de 1990.

5 — Condições de candidatura — só podem ser admitidos a concurso os candidatos que estejam vinculados à função pública e que, até ao termo do prazo fixado neste aviso de abertura para apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos gerais e especiais.

5.1 — Requisitos gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico necessários ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

5.2 — Requisitos especiais:

- É requisito especial a posse do grau de assistente de patologia clínica ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
- Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

6 — Prazo de candidatura — o prazo para a apresentação do requerimento de admissão é de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

6.1 — Forma de candidatura — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho

de administração do Hospital de Sousa Martins, em papel normalizado, branco ou de cor pálida, de formato A4, solicitando a admissão ao concurso e entregue na Repartição de Pessoal do mesmo Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 6.

6.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e residência, incluindo código postal e telefone);
- Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja eventualmente vinculado;
- Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado, bem como a área profissional a que concorre;
- Indicação de documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal;
- Endereço para onde deverá ser enviado qualquer expediente relativo ao concurso.

7 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Documento comprovativo da posse do grau de assistente de patologia clínica ou equivalente;
- Documento comprovativo do vínculo à função pública;
- Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
- Cinco exemplares do *curriculum vitae*.

7.1 — O documento referido na alínea c) do número anterior pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que os candidatos se encontram relativamente ao mesmo.

7.2 — A não apresentação no prazo de candidatura dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 7 deste aviso implica a não admissão ao concurso.

7.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão ao concurso.

8 — As falsas declarações prestadas no requerimento ou nos currículos pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

9 — O método de selecção dos candidatos é a avaliação curricular, conforme o disposto na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

10 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos será afixada no placard junto da Repartição de Pessoal deste Hospital, sendo também enviada cópia aos candidatos. A lista de classificação final, após homologação, é publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

11 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Fernando Manuel Ribeiro Rodrigues, assistente graduado de patologia clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais efectivos:

Dr. Rui Furtado Tomé, assistente graduado de patologia clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Dr.ª Maria Celeste Vilhena Oliveira Silva Ponte, assistente graduada de patologia clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Rosário Silva Cunha, assistente de patologia clínica dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Dr. José António Peixoto de Carvalho, assistente de patologia clínica do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E., Unidade Hospitalar de Mirandela.

13 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

10 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Monteiro Girão*.